

# Primeiro projeto de lei já está pronto

ANC 73

02 OUT 1988

CORREIO BRAZILIENSE

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) já tem redigido o seu primeiro projeto de lei, entre os 30 que pretende apresentar para regulamentação do texto constitucional. O projeto, que ainda poderá sofrer algumas modificações, inclui 23 artigos e regula a atividade sindical dos funcionários públicos e civis.

A preocupação do PCB nessa matéria foi a de dar o mesmo tratamento ao servidor público e ao funcionário de empresas privadas. Para o PCB, o texto constitucional abriu a perspectiva de pluralidade sindical ao prever que "é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical", enquanto que, aos funcionários de empresas privadas o texto proíbe, expressamente, a criação de mais de um sindicato representativo de categoria profissional ou econômica, no município.

O Partido Comunista Brasileiro, por defender a unicidade sindical como forma de fortalecimento da classe trabalhadora, decidiu elaborar o projeto de lei no sentido de que seja impedida a pluralidade aos servidores públicos. Diz em seu artigo 10. que "a organização sindical dos funcio-

nários e servidores públicos deve obedecer o princípio da unicidade organizativa". No parágrafo primeiro, desse mesmo artigo, o PCB incluiu que "devem se organizar preferencialmente (os trabalhadores) federais, estaduais e municipais, abrangentes unificando as carreiras dentro do sindicato".

O PCB pretende apresentar projetos de lei, preferencialmente, sobre matéria onde a sociedade civil não terá oportunidade de interferência ou participação. Por exemplo, para regulamentar a atividade partidária, meio ambiente ou questões políticas e jurídicas. Em matérias onde o movimento sindical, por exemplo, já está se organizando para elaborar os seus projetos de lei, o PCB contribuirá subscrevendo-os.

Para redigir os seus próprios projetos de lei, o PCB promoverá, agora em outubro, um grande encontro dos advogados do partido de todo o País. A liderança do partido na Câmara já enviou o texto final da nova Constituição às sedes regionais do PCB para que em cada estado, surjam sugestões para elaboração dos projetos de lei.